CAMPO ABERTO

Caio Cigana INTERINO
caio.cigana@zerohora.com.br

AFTOSA: RS DEPENDE DE PAÍSES VIZINHOS

Assim como todos os Estados que fazem fronteira com outros países, o Rio Grande do Sul vai ficar de fora do mapa traçado pelo governo federal para iniciar o processo de retirada da vacinação contra a febre aftosa, a partir de 2018. A intenção do Ministério da Agricultura é definir, até o próximo mês, as regiões onde a última imunização deve ser a de maio de 2018. Serão cerca de 80 milhões de cabeças de gado que não receberão mais a agulha nesta primeira etapa.

O diretor do Departamento de Saúde Animal (DSA) do Ministério da Agricultura, Guilherme Marques, explica que, no caso gaúcho, o cronograma depende de um acerto com os países vizinhos. Para tentar assegurar que não haverá contato de animais imunizados e sem vacina, só será suspensa a aplicação em regiões onde há controle dos serviços veterinários brasileiros dos dois lados da divisa.

– Em relação ao Rio Grande do Sul, assim como nos demais Estados fronteiriços, isso passa por uma discussão regional. Não queremos voltar ao que aconteceu em 2000, quando o Brasil estava pronto mas foi atingido a partir de surtos no Uruguai e na Argentina – diz Marques, referindo-se à chegada do vírus no Rio Grande do Sul, que voltou a ocorrer no ano seguinte.

Embora prefira não arriscar um prazo, ele diz que, nas conversas travadas com os serviços veterinários dos países vizinhos, aparece a disposição de retirar a vacina em um prazo de aproximadamente dois anos, o que de certa forma coincide com os compromissos estabelecidos pelo Brasil com organismos internacionais. O planejamento que o Brasil pretende adotar será apresentado em abril, durante reunião da Comissão Sul-Americana para a Luta Contra a Febre Aftosa (Cosalfa), em Goiás.

Suspender a imunização e progredir para o status sanitário de livre de aftosa sem vacinação abre a possibilidade de o país avançar na exportação de carne suína e bovina em mercados considerados mais exigentes, e que, por isso, remuneram melhor. O chefe da divisão de defesa sanitária da Secretaria da Agricultura, Marcelo Göcks, avalia que o Estado está preparado. Resta o entendimento com o setor produtivo.

– Estamos prontos. Já manifestamos isso em diversas ocasiões. Sempre há alguma coisa para melhorar, mas conhecemos as questões que devem ser aperfeiçoadas – observa Göcks.

O presidente da Federação da Agricultura do Estado (Farsul), Carlos Sperotto, pondera que, embora seja desejo do setor produtivo no futuro retirar a vacinação no Rio Grande do Sul, o processo tem de ser conduzido com prudência.

– Isso deve ser feito sem riscos, para evitar o que ocorreu no passado. Mas deve haver análise prévia. Seria uma incoerência retirar sem discussão – diz Sperotto, que afirma ver resistência ao fim da vacinação no Uruguai, por exemplo, o que poderia dificultar a intenção posta pelo ministério.

PONTA DE DECEPÇÃO NO SETOR DE SUÍNOS

No Estado, a possibilidade de evoluir para o status de livre de febre aftosa sem vacinação beneficiaria principalmente o setor de suínos que, pela grande oferta de animais, tem maior potencial exportador em relação ao de bovinos. Diversos países, como México e Coreia do Sul, pretendem abrir ou abriram o mercado para o Brasil, mas a exigência de não ter mais vacinação é um limitador. Até agora, apenas Santa Catarina detém essa condição no país.

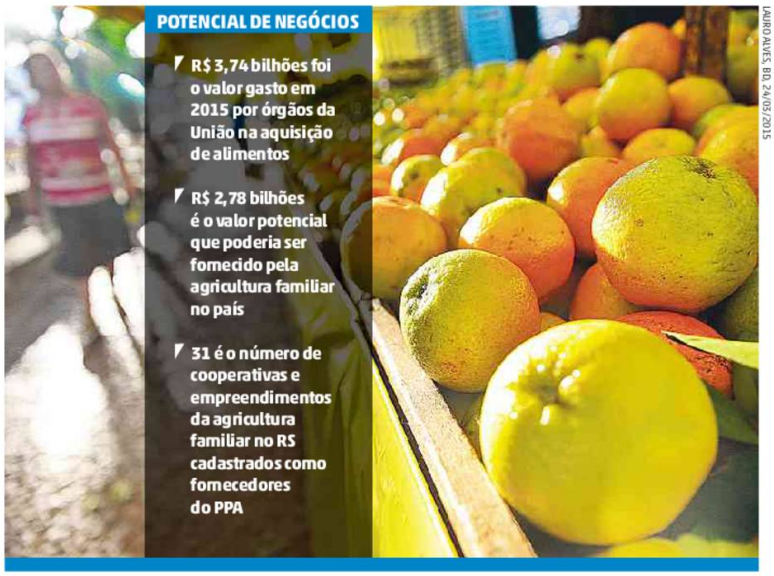
O diretor executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Suínos, Rogério Kerber, lamenta o fato de o Estado não integrar a primeira leva.

– Rio Grande do Sul e Paraná teriam condições (*de retirar a vacina*), até porque se preparam há mais tempo. Pelo menos o Brasil está começando a avançar. Isso é relevante – diz Kerber, também presidente do Fundesa.

O ministério deve marcar para abril uma reunião no Sul para ouvir sugestões para o plano proposto.

Os dois leilões de incentivo ao escoamento do trigo produzido na Região Sul foram realizados na sexta-feira pela Conab. Das 170 mil toneladas de Pepro, 58,8 mil foram arrematadas, sendo 43,8 mil do Rio Grande do Sul. Na modalidade PEP, foram negociadas 15 mil das 80 mil toneladas. No Estado, não houve interessados.

Leia outras colunas em **zerohora.com/giseleloeblein**



POTENCIAL DE NEGÓCIOS

- **R$ 3,74 bilhões foi o valor gasto em 2015 por órgãos da União na aquisição de alimentos**
- **R$ 2,78 bilhões é o valor potencial que poderia ser fornecido pela agricultura familiar no país**
- **31 é o número de cooperativas e empreendimentos da agricultura familiar no RS cadastrados como fornecedores do PPA**

LAURO ALVES, BD, 24/03/2015

Pequenos podem mais

A venda de alimentos de pequenos produtores para órgãos da administração federal, que por lei deveria ser de pelo menos 30%, ainda está muito abaixo do potencial e, no Rio Grande do Sul, começa um esforço para aumentar o volume de negócios. Um levantamento da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) mostra que, no Estado, o potencial seria de até R$ 328 milhões por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade compras institucionais. Hoje, porém, não se chega a sequer 10% desse valor.

Um encontro de instituições federais, representantes de produtores e cooperativas, ocorrido na semana passada, em Porto Alegre, tentou incentivar e mostrar às duas pontas como fazer para começar a reverter o quadro. A intenção foi saber sobre as condições de produção dos produtos e orientar sobre como elaborar corretamente os editais dos órgãos interessados nas aquisições.

O delegado federal da Sead, Márcio de Andrade Madalena, explica que a ideia é promover um segundo encontro, mais amplo, ainda no primeiro semestre, para tentar fazer com que as compras da agricultura familiar deslanchem. Os primeiros resultados podem aparecer ainda em 2017, projeta Madalena.

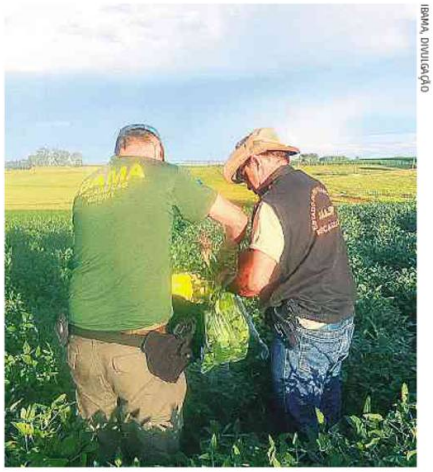
– Este ano poderemos superar este patamar de 10% – estima.

Madalena observa que, em épocas de cobertor curto nas finanças públicas, uma boa política para ajudar a agricultura familiar, sem precisar disponibilizar novos recursos, é usar o dinheiro existente nos orçamentos para alimentação para aumentar a demanda de produtos dos pequenos agricultores.

DE OLHO NOS AGROTÓXICOS PROIBIDOS

Polícia Federal, Ibama e Secretaria da Agricultura apertam a vigilância sobre o contrabando de agrotóxicos do Uruguai. O foco é a região da Campanha, por onde entram os produtos, muitos proibidos no Brasil. Até a sexta-feira, o balanço da operação contabilizava 12 produtores rurais autuados, R$ 730 mil em multas aplicadas e 800 quilos de defensivos apreendidos.

Em duas propriedades foi verificada a aplicação do agrotóxico ilegal e duas lavouras, em um total de 180 hectares, foram embargadas. Um dos produtos encontrados é o benzoato de emamectina, não permitido no Brasil e extremamente tóxico para o ambiente e a saúde humana. A Operação Ceres – referência à deusa da agricultura na mitologia grega – não tem prazo para terminar.



IBAMA, DIVULGAÇÃO